

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 2025/070

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre da necessidade de atender às demandas do Conselho Federal de Educação Física (CONFEEF) relacionadas à realização de eventos oficiais previstos em seu Calendário Institucional, tais como plenárias, reuniões ordinárias e extraordinárias, simpósios, seminários, palestras e outras atividades de natureza administrativa e técnica.

Para esse fim, faz-se necessária a contratação de serviços hoteleiros, com abrangência nacional, que compreendam a locação de espaços físicos com infraestrutura adequada e equipamentos compatíveis com a realização de eventos institucionais, bem como, de acordo com a natureza, a duração de cada atividade e a disponibilização de serviços de hospedagem/alimentação.

A demanda encontra respaldo na Resolução CONFEEF nº 544/2024, a qual estabelece a obrigatoriedade da realização anual de eventos voltados à integração do Sistema CONFEEF/CREFs, ao aperfeiçoamento técnico, ao intercâmbio de experiências e ao fortalecimento das ações desenvolvidas pelos Conselhos Regionais de Educação Física.

Nos termos do artigo 2º da referida resolução, integram o Calendário Institucional, entre outros, os seguintes eventos:

I – Homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física: evento comemorativo com foco no reconhecimento e valorização dos profissionais da área, a ser realizado

obrigatoriamente no mês de setembro, podendo ter início na segunda quinzena de agosto de cada ano;

II – Fórum da Câmara de Presidentes: encontro estratégico para debate de pautas relevantes entre os Presidentes dos CREFs;

III – Encontro Nacional das Câmaras: reunião técnica de todas as Câmaras Assessoras do Sistema, com vistas à qualificação dos serviços prestados aos profissionais e à sociedade;

IV – Simpósio Brasileiro de Fiscalização em Educação Física: evento técnico voltado à padronização e eficiência das ações fiscalizatórias do Sistema;

V – Proteção de Dados para Conselhos – Sistema CONFEF/CREFs: ação formativa voltada à adequação e conformidade do Sistema frente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

VI – Abril Verde – Mês de Combate ao Sedentarismo: campanha nacional de incentivo à prática de atividades físicas, com foco na conscientização dos riscos associados ao sedentarismo, promovida anualmente no mês de abril.

Considerando a natureza das atribuições institucionais do CONFEF e a distribuição geográfica dos Conselhos Regionais de Educação Física, a realização desses eventos ocorre, em grande parte, fora da sede administrativa do Conselho Federal, de modo a viabilizar a descentralização das atividades, ampliar a participação dos Regionais e racionalizar a logística de deslocamento dos participantes.

Além dos eventos nacionais previstos no Calendário Institucional, há a realização de programações regionais em parceria com os CREFs, bem como reuniões plenárias e encontros técnicos em diferentes unidades da federação, o que resulta em demanda recorrente e variável por espaços adequados em distintas localidades do território nacional.

Diante desse cenário, a disponibilização de infraestrutura completa, envolvendo espaços apropriados, mobiliário, equipamentos audiovisuais e serviços de hospedagem e alimentação, revela-se indispensável para a adequada execução das atividades institucionais, em conformidade com o porte, a complexidade e as características específicas de cada evento.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento hoteleiro, com atuação em âmbito nacional, apresenta-se como a solução mais adequada para centralizar a gestão das demandas, assegurar a padronização mínima dos serviços, otimizar custos por meio de pesquisa de mercado contínua e garantir maior eficiência operacional na execução do Calendário Institucional e das demais atividades administrativas do CONFEEF, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação está devidamente previsto no plano de contratação anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 03101148000100-0-000001/2026,
- Data de publicação no PNCP: 03/12/2025;
- Id do item no PCA: 21;
- Classe/Grupo: 678 – Serviços de agência de viagens, operadoras de turismo e guia turístico;
- Identificador da Futura Contratação: 925042-21/2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá contemplar empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento hoteleiro, com capacidade operacional para atendimento às demandas do CONFEEF em âmbito nacional, observando-se os requisitos técnicos, operacionais e administrativos a seguir descritos.

Requisitos de abrangência e capacidade operacional

A solução a ser adotada deverá contemplar a atuação de empresa especializada em agenciamento hoteleiro que possua capacidade operacional compatível com a abrangência nacional das demandas do CONFEEF, incluindo a manutenção de contratos, convênios ou parcerias com ampla rede hoteleira, de modo a assegurar a oferta de múltiplas opções de estabelecimentos, possibilitando o cotejo de preços praticados no mercado, conforme as localidades, datas e condições definidas pela Autarquia.

Como requisito essencial de eficiência e economicidade, a solução deverá permitir que, a cada demanda formalizada, sejam apresentadas, no mínimo, três opções de estabelecimentos hoteleiros compatíveis com a localização, a infraestrutura e as condições previamente especificadas pelo CONFEEF, viabilizando a análise comparativa e a escolha da alternativa mais vantajosa para a Administração.

Adicionalmente, a solução deverá prever mecanismos de controle capazes de mitigar riscos de majoração indevida de tarifas, de modo que eventuais atrasos imputáveis à empresa de agenciamento, que resultem em aumento do valor inicialmente cotado ou reservado, não onerem a Administração, preservando a vantajosidade econômica da contratação.

Requisitos de atendimento e suporte operacional

A solução a ser adotada deverá contemplar estrutura de atendimento e suporte operacional compatível com a natureza contínua e sob demanda das atividades institucionais do CONFEEF, incluindo a realização de eventos, reuniões e deslocamentos em diferentes localidades e horários.

Nesse sentido, a solução deverá possibilitar a disponibilização de atendimento ininterrupto, com plantão telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de modo a assegurar resposta adequada a demandas emergenciais, ajustes operacionais e eventuais intercorrências relacionadas a reservas, hospedagens e serviços hoteleiros.

Adicionalmente, deverá ser prevista a existência de responsável designado para atendimento fora do horário comercial, com disponibilização de canal de contato telefônico e eletrônico, assegurando a continuidade do suporte operacional sempre que necessário.

No horário comercial, a solução deverá contar com estrutura de atendimento regular, de segunda a sexta-feira, com quantitativo de profissionais compatível com o volume e a complexidade das demandas, de forma a garantir resposta tempestiva às solicitações relacionadas aos serviços de agenciamento hoteleiro demandados pelo CONFEF.

Requisitos de execução dos serviços

A solução a ser adotada deverá possibilitar que as requisições formuladas pelo CONFEF sejam atendidas por meio eletrônico, utilizando canal institucional a ser definido, assegurando padronização, rastreabilidade das solicitações e adequada formalização das demandas.

Como requisito de desempenho e eficiência administrativa, a solução deverá permitir que as solicitações sejam respondidas em prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento formal da demanda. Em situações excepcionais, caracterizadas como urgentes em razão da finalidade ou da proximidade do evento, a solução deverá possibilitar atendimento em prazo compatível com a urgência identificada, de modo a não comprometer a execução das atividades institucionais.

Para fins de controle e gestão dos prazos, a solução deverá adotar como referência o registro do recebimento da solicitação, assegurando clareza quanto à contagem dos prazos de atendimento.

A solução deverá prever mecanismos de validação das informações constantes das requisições, de modo que, havendo divergências ou inconsistências relevantes que possam impactar a reserva ou a contratação dos serviços, seja possível a interlocução prévia com o CONFEEF antes da efetivação das providências junto à rede hoteleira.

No que se refere à formalização das reservas, a solução deverá permitir a emissão de autorização de hospedagem (voucher), em conformidade com orientações internas do CONFEEF e mediante solicitação do fiscal do contrato, com encaminhamento por meio eletrônico, em tempo hábil e sem geração de ônus adicional para a Administração.

Quanto à responsabilidade financeira, a solução deverá assegurar que o CONFEEF arque exclusivamente com as despesas relativas às diárias e aos tributos correspondentes aos serviços de hospedagem efetivamente contratados, não lhe sendo imputáveis consumos ou serviços acessórios não previamente autorizados, tais como itens de frigobar, bebidas, ligações telefônicas ou outros serviços cobrados diretamente ao usuário pelo estabelecimento hoteleiro.

Adicionalmente, a solução deverá prever que despesas extras relacionadas a taxas, seguros ou serviços não demandados, bem como acréscimos não previstos nos documentos fiscais emitidos pelos fornecedores da rede hoteleira, não sejam imputadas ao CONFEEF, preservando a previsibilidade orçamentária e a conformidade da execução financeira.

Requisitos financeiros e de faturamento

A solução a ser adotada deverá assegurar que os documentos fiscais decorrentes da execução contratual correspondam estritamente aos serviços efetivamente autorizados pelo CONFEEF, de modo a garantir aderência entre a demanda formalizada, os serviços executados e os valores faturados, mitigando riscos de cobranças indevidas ou divergências financeiras.

Como requisito essencial de transparência e controle, a solução deverá permitir que o valor cobrado do CONFEEF corresponda ao valor praticado pelos estabelecimentos da rede hoteleira para os serviços efetivamente contratados, acrescido exclusivamente do

percentual de administração aplicável à atividade de agenciamento, conforme definido no certame.

Adicionalmente, a solução deverá possibilitar a identificação e a discriminação de eventuais vantagens, descontos promocionais ou benefícios concedidos pela rede hoteleira, de forma a assegurar visibilidade quanto às condições comerciais praticadas e permitir a adequada avaliação da economicidade da contratação.

No que se refere a cancelamentos, a solução deverá prever que os ônus financeiros decorrentes de multas, diferenças tarifárias ou outras penalidades sejam suportados pelo CONFEEF apenas quando os cancelamentos forem por ele solicitados e quando tais encargos estiverem previstos nas condições praticadas pelos estabelecimentos hoteleiros, preservando a coerência entre responsabilidade administrativa e fato gerador do custo.

Requisito de controle, transparência e prestação de informações

A solução a ser adotada deverá assegurar mecanismos adequados de controle, transparência e prestação de informações, de modo a permitir o acompanhamento sistemático da execução dos serviços e a correta fiscalização administrativa e financeira pelo CONFEEF.

Nesse sentido, a solução deverá possibilitar o encaminhamento, juntamente com cada fatura ou documento de cobrança, de relatório eletrônico detalhado das reservas e contratações realizadas no período, contendo, no mínimo, informações relativas:

- I) aos serviços efetivamente prestados;
- II) às tarifas e taxas aplicadas;
- III) à identificação dos hóspedes;
- IV) aos valores bruto e líquido faturados;
- V) às deduções tributárias incidentes;
- IV) ao percentual de remuneração aplicado conforme o contrato;
- VII) às vantagens, descontos promocionais ou benefícios eventualmente concedidos pela rede hoteleira;
- VIII) às multas ou penalidades decorrentes de cancelamentos, quando houver.

A disponibilização dessas informações de forma estruturada e tempestiva constitui requisito essencial da solução, por permitir a verificação da conformidade entre as demandas autorizadas, os serviços executados e os valores faturados, bem como por subsidiar os procedimentos de ateste, liquidação e pagamento, em consonância com os princípios da transparência, da economicidade e do controle dos gastos públicos.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para fins de identificação das alternativas disponíveis no mercado capazes de atender às necessidades institucionais do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, procedeu-se ao levantamento das soluções usualmente adotadas para a contratação de serviços de hospedagem e de infraestrutura para eventos de abrangência nacional.

A análise de mercado permitiu identificar, de forma geral, as seguintes alternativas para atendimento à demanda institucional:

- a) contratação direta e individualizada de estabelecimentos hoteleiros ou de espaços para eventos, realizada de forma pontual para cada evento e localidade;
- b) contratação de empresa especializada em agenciamento hoteleiro, responsável pela intermediação, cotação, reserva, contratação e gestão dos serviços de hospedagem, alimentação e locação de espaços, conforme demanda do órgão;
- c) utilização de plataformas eletrônicas de reserva on-line, sem intermediação especializada e sem suporte operacional dedicado à Administração Pública.

A alternativa de contratação direta e individualizada de hotéis e espaços para eventos, embora juridicamente possível, mostra-se operacionalmente onerosa e administrativamente ineficiente, na medida em que demandaria a instauração de múltiplos procedimentos para cada evento, em diferentes localidades do território nacional. Tal modelo implicaria elevado esforço administrativo para a realização de pesquisas de mercado, negociação individual de tarifas, formalização de reservas, acompanhamento da execução, controle de faturamento e verificação da conformidade dos serviços prestados.

Além disso, essa forma de contratação dificulta a padronização mínima dos serviços, compromete a uniformidade das condições negociais, amplia o risco de inconsistências nos valores faturados e fragiliza o controle gerencial e financeiro, especialmente em contextos de contratações recorrentes, descentralizadas e sob demanda, como aquelas necessárias ao CONFEEF.

Por sua vez, a utilização de plataformas eletrônicas de reserva on-line apresenta limitações relevantes para o atendimento das necessidades institucionais, sobretudo em razão da ausência de suporte técnico especializado e de atendimento dedicado à Administração Pública. Em regra, tais plataformas não permitem negociação institucional de tarifas, não asseguram o repasse integral de eventuais vantagens econômicas obtidas junto à rede hoteleira e não oferecem mecanismos adequados de gestão integrada das reservas, do faturamento e da prestação de informações. Ademais, revelam-se insuficientes quanto à personalização dos serviços, especialmente quando há necessidade de contratação concomitante de hospedagem, alimentação e infraestrutura para eventos.

Nesse contexto, o levantamento de mercado indicou que a contratação de empresa especializada em agenciamento hoteleiro, com atuação em âmbito nacional e capacidade de gestão centralizada das demandas, apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender às necessidades do CONFEEF. Tal modelo possibilita maior eficiência administrativa, padronização dos procedimentos, otimização do processo de cotação e reserva, melhor controle sobre o faturamento, maior transparência na aplicação da remuneração da atividade de agenciamento e repasse de eventuais vantagens econômicas obtidas junto à rede hoteleira, além de suporte operacional contínuo às atividades institucionais.

Observou-se, ainda, que o mercado nacional conta com número significativo de empresas especializadas nesse segmento, aptas a atender à demanda do CONFEEF, com experiência comprovada na prestação de serviços de agenciamento hoteleiro para eventos institucionais, o que evidencia a viabilidade concorrencial da contratação e sua compatibilidade com os princípios da competitividade, da economicidade e da eficiência administrativa.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas baseia-se no Calendário Institucional do Conselho Federal de Educação Física – CONFEE, nas disposições da Resolução CONFEE nº 544/2024 e no histórico de realização de eventos institucionais, considerando-se, ainda, a possibilidade de demandas adicionais ao longo do exercício.

Nos termos do artigo 2º da Resolução CONFEE nº 544/2024, o Calendário Institucional contempla, entre outros, a realização anual dos seguintes eventos: Homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física; Fórum da Câmara de Presidentes; Encontro Nacional das Câmaras; Simpósio Brasileiro de Fiscalização em Educação Física; ação formativa voltada à Proteção de Dados para Conselhos – Sistema CONFEE/CREFs; e a campanha nacional Abril Verde – Mês de Combate ao Sedentarismo. A esses eventos somam-se reuniões plenárias, encontros técnicos, capacitações internas e programações regionais promovidas em parceria com os Conselhos Regionais de Educação Física.

Os serviços de agenciamento hoteleiro a serem demandados apresentam natureza variável e execução sob demanda, uma vez que cada evento possui características próprias quanto à localidade, duração, número de participantes e necessidades específicas de infraestrutura, hospedagem e alimentação. Em razão dessa variabilidade, não é possível estabelecer, de forma prévia, quantitativos fixos e uniformes de espaços locados, diárias de hospedagem ou serviços de alimentação aplicáveis a todas as demandas.

A definição das quantidades ocorrerá de forma individualizada para cada evento ou atividade institucional, a partir de informações previamente formalizadas pelo CONFEE, tais como porte da ação, estimativa de participantes, período de realização e localidade, observadas as necessidades específicas de cada demanda.

Para fins de planejamento da contratação, estima-se que o valor anual das contratações decorrentes da execução do objeto seja de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), montante que contempla a realização dos eventos previstos no Calendário Institucional e eventuais demandas supervenientes. Tal valor constitui limite máximo estimado de execução, não configurando obrigação de consumo integral nem compromisso de execução mínima por parte da Administração.

Diante da variabilidade e da imprevisibilidade inerentes à realização dos eventos institucionais, a estimativa apresentada possui caráter meramente referencial e orientador, destinando-se a subsidiar o planejamento da contratação e a definição do modelo de execução, sem implicar obrigação de consumo mínimo, assegurando-se a flexibilidade necessária à adequada execução das atividades institucionais do CONFEF.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O procedimento administrativo empregado para a condução da pesquisa de preços fundamenta-se na Instrução Normativa Nº 65, datada de 7 de julho de 2021, e foi consultada nas fontes:

1. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de doze meses por intermédio do Portal Nacional de Compras Públicas, módulo Pesquisa de Preços do Sistema Comprasnet ou Painel de preços;
2. A contratação será realizada mediante critério de julgamento pelo menor percentual de remuneração da atividade de agenciamento, observado o percentual máximo admissível de 14,60%, conforme definido no Termo de Referência, sendo vencedora a proposta que resultar na menor remuneração efetiva, observada a exequibilidade.

Pesquisa direta com fornecedores.

Para efeitos de conformidade com o inciso I do artigo 3º da Instrução Normativa mencionada, é registrado que a descrição do objeto pesquisado consta na planilha abaixo, na qual foi buscada uma maior similaridade entre os itens do objeto e o Catmat/Catser disponível, principalmente em relação ao Sistema de Compras Net e Painel de Preços. Dessa forma, o procedimento administrativo para estabelecimento dos preços dos itens ocorreu mediante a priorização dos parâmetros listados nos itens 1 e 2 do rol supramencionado. Isso corresponde ao cumprimento do que estabelece o §1º do artigo 5º da IN 65/2021.

Para a obtenção dos preços de referência, adotou-se o método estatístico do menor preço, observado o cotejo entre as propostas coletadas no mercado.

É importante ressaltar que, independentemente do método estatístico aplicado ao item, conforme a situação específica, os valores que se mostraram inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados foram descartados para fins de cálculo, em conformidade com o artigo 6º da IN 65/2021. O critério para exclusão foi baseado na observação de variações de preços significativamente superior em relação aos demais preços coletados, bem como na disparidade dos itens pesquisados tanto no Comprasnet quanto no Painel de Preços.

Assim, apresenta-se os valores coletados para o presente processo de aquisição:

ITEM	CATSER	Tipo	EMPRESAS							Painel de Preços (MENOR PREÇO)
			WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	COMPRA DIRETA GESTAO DE VIAGENS CORPORATIVAS LTDA	AFFE TURISMO LTDA	FIBRATUR TURISMO E VIAGENS LTDA	KOA TURISMO E INTERCÂMBIO LTDA	ECOS TURISMO LTDA	N A VIAGEM TURISMO E LOCAÇÕES LTDA	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO HOTELEIRO	3719	Taxa de agenciamento	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 49,90	-	-	-	-	R\$ 0,0001
		Percentual de agenciamento	-	-	-	5,00%	10,00%	18,00%	25,40%	-

A realizar a apuração da média, verificou-se que algumas empresas apresentaram o valor da taxa de serviço, enquanto outras indicaram o percentual a ser aplicado.

Considerando a experiência negativa recente da autarquia, em que o contrato da fornecedora referente ao Processo nº 2023/049, Pregão nº 00007/2023, foi rescindido devido a problemas relacionados ao valor da taxa de serviço, optou-se, para a apuração da média, considerar apenas as propostas que indicaram o percentual sobre o valor aplicado. Essa escolha não inviabilizou a apuração de uma média percentual fidedigna, haja vista que houve propostas suficientes consideradas para o cálculo.

Não será admitida remuneração nula ou negativa, devendo propostas com percentuais de remuneração significativamente reduzidos ser avaliadas quanto à exequibilidade.

A seguir, resta discriminado o valor da média percentual apurado, bem como a remuneração máxima a ser paga à parte contratada:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	PERCENTUAL MÁXIMO DE REMUNERAÇÃO ADMISSÍVEL	REMUNERAÇÃO MÁXIMA ESTIMADA DA CONTRATADA
1	Prestação, de forma contínua, de serviço de agenciamento hoteleiro	R\$ 1.500.000,00	14,60%	R\$ 219.000,00

O percentual de 14,60% representa o teto máximo de remuneração admissível para fins de estimativa e planejamento da contratação, não constituindo valor garantido à contratada, sendo a disputa realizada pela redução desse percentual.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento hoteleiro, com atuação em âmbito nacional, responsável por intermediar, organizar e gerenciar a contratação de estabelecimentos hoteleiros e de espaços para eventos, de acordo com as necessidades institucionais do Conselho Federal de Educação Física – CONFEEF, ao longo da vigência contratual.

O modelo adotado permite a centralização da gestão das demandas, a padronização mínima dos procedimentos, a otimização da pesquisa de mercado e o aprimoramento do controle administrativo, financeiro e operacional das contratações relacionadas à realização de eventos institucionais.

a) Solicitação dos serviços

As demandas serão formalizadas pelo CONFEEF de forma planejada ou sob demanda, conforme o Calendário Institucional de Eventos ou necessidades supervenientes, mediante solicitação encaminhada à empresa de agenciamento com a indicação, no mínimo, da localidade, do período, do tipo de evento, da estimativa de participantes e dos serviços necessários, tais como locação de espaços, infraestrutura, hospedagem e alimentação.

A solução deverá permitir que, para cada solicitação, seja realizada pesquisa de mercado junto à rede hoteleira disponível, com a apresentação de, no mínimo, três opções compatíveis com os requisitos definidos, assegurando a disponibilidade de estabelecimentos que atendam às condições técnicas, operacionais e administrativas demandadas, bem como à melhor relação custo-benefício para a Administração.

b) Execução dos serviços

A execução da solução compreenderá todas as atividades necessárias à efetiva contratação dos serviços hoteleiros demandados, incluindo, entre outras, a prospecção de hotéis e espaços adequados, a negociação de tarifas e condições comerciais, a realização de reservas, o acompanhamento da execução dos serviços contratados e a gestão de eventuais alterações, cancelamentos ou situações imprevistas.

A solução deverá assegurar suporte operacional contínuo ao CONFEEF durante todas as etapas da execução, inclusive por meio de atendimento compatível com a natureza dos eventos e com a possibilidade de ocorrências fora do horário comercial, de modo a garantir a adequada realização das atividades institucionais, a observância dos prazos pactuados e o fiel cumprimento das condições previamente negociadas com os estabelecimentos hoteleiros.

c) Garantia da adequada prestação dos serviços

A adequada prestação dos serviços será assegurada pela responsabilidade integral da empresa de agenciamento quanto à correta intermediação, gestão e acompanhamento das contratações realizadas, de modo a mitigar riscos relacionados a falhas operacionais, descumprimento de prazos, inadequação dos serviços ofertados ou divergências entre as condições negociadas e aquelas efetivamente executadas.

A solução deverá contemplar mecanismos de controle e acompanhamento que permitam a verificação da qualidade dos serviços prestados, assegurando que os estabelecimentos indicados atendam aos padrões exigidos pelo CONFEEF. Eventuais prejuízos decorrentes de falhas na intermediação ou na gestão dos serviços, inclusive majorações indevidas de tarifas ou indisponibilidade de serviços previamente reservados, deverão ser tratados no âmbito da execução contratual, nos termos da legislação aplicável e das disposições a serem estabelecidas no instrumento contratual.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não se mostra técnica nem economicamente viável o parcelamento do objeto da presente contratação.

O objeto possui natureza integrada e funcionalmente indivisível, uma vez que a prestação dos serviços de agenciamento hoteleiro pressupõe gestão centralizada, padronização de procedimentos, uniformidade de critérios de pesquisa, negociação e contratação, bem como acompanhamento contínuo e integrado da execução dos serviços em diferentes localidades do território nacional. O parcelamento do objeto comprometeria essa lógica de funcionamento, dificultando a coordenação das atividades, fragilizando o controle operacional e elevando o risco de inconsistências na execução contratual.

Sob o aspecto econômico, a fragmentação da contratação tenderia a reduzir o poder de negociação institucional, inviabilizando a obtenção de condições comerciais mais vantajosas junto à rede hoteleira. Além disso, implicaria aumento dos custos administrativos decorrentes da multiplicidade de contratos, da duplicidade de esforços de gestão e do maior ônus de acompanhamento e fiscalização pela Administração.

Adicionalmente, o parcelamento poderia ocasionar sobreposição de responsabilidades, divergências procedimentais e dificuldades na atribuição de responsabilidades por eventuais falhas na execução, em prejuízo da eficiência administrativa, da previsibilidade da execução e da adequada realização dos eventos institucionais.

Diante desse contexto, conclui-se que a contratação em lote único constitui a alternativa que melhor atende aos princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento e da gestão integrada, revelando-se a solução mais adequada à natureza, à complexidade e à finalidade do objeto pretendido.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando as características do objeto, o modelo de execução adotado e os riscos envolvidos na prestação dos serviços de agenciamento hoteleiro.

A dispensa da garantia contratual fundamenta-se nos seguintes aspectos:

a) Adequação ao objeto e ao risco da execução

Os serviços objeto da presente contratação consistem essencialmente em atividades de agenciamento e intermediação de hospedagem, locação de espaços e serviços hoteleiros, sem envolvimento de obras, fornecimento de bens de alto valor agregado ou transferência de ativos para a Administração. Trata-se de objeto de natureza predominantemente operacional, cujos riscos são compatíveis com os mecanismos ordinários de fiscalização, acompanhamento, glosa e responsabilização previstos na legislação vigente e a serem detalhados no instrumento contratual, não se revelando necessária a exigência de garantia adicional para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas.

b) Proporcionalidade, eficiência e celeridade administrativa

A exigência de garantia contratual, no caso em análise, poderia impor ônus financeiro adicional à contratada, com potencial reflexo nos preços ofertados, além de gerar entraves operacionais à formalização do contrato e ao início da execução. A dispensa da garantia contribui para a racionalização administrativa, a celeridade do procedimento e a pronta disponibilização dos serviços necessários à realização dos eventos institucionais ao longo do exercício.

c) Economicidade e interesse público

A não exigência de garantia contratual mostra-se alinhada aos princípios da legalidade, da economicidade e do interesse público, na medida em que evita custos desnecessários à Administração, sem comprometer a segurança da execução contratual, a adequada gestão dos riscos ou a efetividade dos mecanismos de controle e fiscalização disponíveis.

Diante do exposto, conclui-se que a dispensa da exigência de garantia da contratação é juridicamente adequada, proporcional e compatível com a natureza do objeto, não acarretando prejuízos à execução contratual, ao controle administrativo ou à fiscalização dos serviços de agenciamento hoteleiro a serem prestados.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se assegurar a disponibilidade contínua, organizada e padronizada de serviços de agenciamento hoteleiro capazes de atender, de forma tempestiva e eficiente, às demandas institucionais do Conselho Federal de Educação Física – CONFEEF, relacionadas à realização de eventos, reuniões, capacitações e demais atividades administrativas.

Espera-se, como resultado, a contratação de infraestrutura adequada, com condições compatíveis de hospedagem, alimentação e locação de espaços, bem como a disponibilização de suporte operacional eficiente, de modo a viabilizar a execução regular e adequada das atividades institucionais, observadas as especificidades de cada evento.

Adicionalmente, a contratação tem por objetivo promover a racionalização dos procedimentos administrativos, mediante a centralização da gestão das demandas, a padronização dos fluxos operacionais, o aprimoramento do controle contratual e do acompanhamento da execução, bem como a otimização dos custos envolvidos, contribuindo para maior previsibilidade, eficiência operacional e economicidade na utilização dos recursos públicos.

Dessa forma, espera-se que a solução adotada resulte em ganhos de eficiência administrativa, redução de riscos operacionais, maior transparência na gestão das contratações e melhor aproveitamento dos recursos orçamentários, em consonância

com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e economicidade que regem a Administração Pública.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se fazem necessárias providências prévias específicas para a celebração do contrato, além daquelas inerentes ao regular processamento da licitação e à formalização do instrumento contratual.

A execução do objeto não demanda adaptações estruturais, aquisição prévia de bens, capacitação específica de servidores, mobilização antecipada de recursos materiais ou humanos, nem outras medidas preparatórias por parte do CONFEF, sendo suficiente a designação do gestor e do fiscal do contrato, conforme previsto na legislação aplicável.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas ao objeto da presente contratação.

A execução dos serviços de agenciamento hoteleiro independe de outros contratos administrativos vigentes ou a serem celebrados pelo CONFEF, uma vez que a contratada atuará de forma autônoma na intermediação, cotação, reserva e gestão dos serviços demandados, sem necessidade de integração operacional, tecnológica ou contratual com outras contratações da Autarquia.

IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação apresenta impacto ambiental direto reduzido, uma vez que tem por objeto a prestação de serviços de agenciamento hoteleiro, não envolvendo a execução de obras, intervenções físicas, aquisição de materiais permanentes ou atividades potencialmente poluidoras. Trata-se, portanto, de contratação predominantemente administrativa e de natureza operacional, cujos efeitos ambientais diretos são limitados.

Sob o aspecto indireto, a contratação contribui para a racionalização da logística institucional, ao permitir o planejamento integrado de eventos, a otimização de reservas e a melhor organização de deslocamentos e estadias. Essa centralização tende a reduzir deslocamentos redundantes, remarcações frequentes e desperdícios operacionais, com reflexos positivos na diminuição do consumo de recursos e das emissões associadas a transportes e serviços correlatos.

Além disso, a atuação de empresa especializada possibilita a seleção de estabelecimentos hoteleiros que adotem boas práticas de sustentabilidade ambiental, tais como políticas de uso racional de água e energia, gestão adequada de resíduos, redução do uso de materiais descartáveis e incentivo à reutilização de enxovais, sempre que compatíveis com as condições de mercado e com os princípios da economicidade e da competitividade. Dessa forma, ainda que o impacto ambiental não constitua fator central da contratação, a solução proposta mostra-se alinhada a práticas administrativas responsáveis e compatíveis com a sustentabilidade ambiental.

ANÁLISE DE RISCOS

Riscos do processo de aquisição

Risco	Atraso na contratação dos serviços de agenciamento hoteleiro.		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Comprometimento do planejamento e da realização dos eventos institucionais previstos no Calendário Institucional; risco de indisponibilidade de espaços adequados; majoração de tarifas; dificuldades logísticas;		

	<p>necessidade de cancelamentos ou</p> <p>remarcações e prejuízo à participação de conselheiros, dirigentes e convidados,</p> <p>além de impactos negativos na imagem institucional.</p>
Ação Preventiva	Responsável
Acompanhamento sistemático do processo de contratação, com planejamento prévio das demandas, definição clara do objeto, observância dos prazos administrativos e articulação entre as áreas demandantes e a equipe de planejamento.	<ul style="list-style-type: none"> Equipe de planejamento da contratação
Ação de Contingência	Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Adoção de medidas administrativas cabíveis para assegurar a realização dos eventos, inclusive mediante soluções alternativas legalmente admitidas, quando aplicável, de forma a mitigar prejuízos à agenda institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe de planejamento da contratação.

Riscos da solução a ser contratada

Risco	Prestação dos serviços de agenciamento hoteleiro em desconformidade com os requisitos contratados ou com qualidade
--------------	--

	insatisfatória.		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	<p>Falhas na reserva de espaços e hospedagens;</p> <p>indisponibilidade de infraestrutura adequada;</p> <p>divergências de tarifas, atrasos na emissão de vouchers;</p> <p>dificuldades de atendimento durante os eventos;</p> <p>prejuízo à execução das atividades institucionais e</p> <p>comprometimento da imagem institucional.</p>		
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização e acompanhamento contínuo da execução contratual; Definição clara de requisitos operacionais, prazos e obrigações no Termo de Referência; Monitoramento periódico dos relatórios de reservas e faturamento; Estipulação de Instrumento de Medição de Resultados (IMR) no Termo de Referência. 		<ul style="list-style-type: none"> Fiscal do contrato; Área demandante dos eventos. 	

Ação de Contingência	Responsável
Adoção de medidas administrativas cabíveis para assegurar a realização dos eventos, inclusive mediante soluções alternativas legalmente admitidas, quando aplicável, de forma a mitigar prejuízos à agenda institucional.	<ul style="list-style-type: none">• Área demandante dos eventos;• Fiscal do contrato.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após a conclusão dos estudos técnicos preliminares e a análise dos aspectos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos relacionados à necessidade apresentada, esta equipe de planejamento declara viável a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento hoteleiro, nos termos delineados neste Estudo Técnico Preliminar.

Conclui-se que a solução proposta é adequada ao atendimento das demandas institucionais do Conselho Federal de Educação Física – CONFEEF, apresenta compatibilidade com as condições do mercado, observa os princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento, e revela-se capaz de assegurar a adequada execução dos eventos previstos no Calendário Institucional, sem impor riscos desproporcionais à Administração.

Anderson Frade

Coordenadoria Administrativa



Aprovo,

Willian Pimentel

Diretor Executivo